

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA.**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARLUCE RABELO COSTA

**O ENSINO SUPERIOR DENTRO DA PERSPECTIVA DE CONTENÇÃO POLITICO-  
IDEOLÓGICA DOS GOVERNOS MILITARES: 1964 A 1968**

Maceió – AL

2019

MARLUCE RABELO COSTA

**O ENSINO SUPERIOR DENTRO DA PERSPECTIVA DE CONTENÇÃO POLITICO-  
IDEOLÓGICA DOS GOVERNOS MILITARES: 1964 A 1968**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção de título de licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Orientador (a): Professor Doutor: José Alberto Saldanha de Oliveira.

Maceió – AL

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 6611

C837e Costa, Marluce Rabelo.

O ensino superior dentro da perspectiva de contenção político-ideológica dos governos militares : 1964 a 1968 / Marluce Rabelo Costa. – Maceió, 2019.  
51 f.

Orientador: José Alberto Saldanha de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 48-51.

1. Brasil – Política e governo. 2. Golpe de Estado– História –1964-1968.  
3. Reforma universitária. 4. Movimento estudantil. I. Título.

CDU: 94(81)“1964-1985”:378



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado  
O ENSINO SUPERIOR DENTRO DA PERSPECTIVA DE CONTENÇÃO  
POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS GOVERNOS MILITARES <sup>1964 a 1968</sup> elaborado por  
MARLICE RARELO COSTA e aprovado por  
todos os membros da Banca Examinadora com nota \_\_\_\_\_ cumprindo as exigências  
para obtenção do título de LICENCIATURA em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.(a) \_\_\_\_\_

Orientador (a):

Prof.(a) \_\_\_\_\_

1º Examinador (a):

Prof.(a) \_\_\_\_\_

2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

28/06/2019

A Deus, mentor e norteador de minha existência e aos meus pais...

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado determinação, forças e coragem ao longo desses anos e pela realização de concluir o curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Ele que me reergueu nos momentos em que me senti perdida em meio ao deserto, diante das dificuldades, sendo assim meu porto seguro.

Aos meus pais, Doralice Rosely Rabelo Costa e José de Ribamar Costa (*In Memoriam*), por terem me educado e conduzido com os valores e retidão de caráter ilibado, sendo o pilar de sustentação nas horas incertas, em meio às adversidades encontradas, por não retirarem as pedras do caminho, mas, ensinar-me como utilizá-las para edificar e solidificar os meus objetivos, com seus conselhos e orientações, possibilitando a minha chegada até aqui, agradeço imensamente a estes que como mola propulsora sempre me impulsionou a lutar e seguir em frente.

A meu orientador Professor Doutor José Alberto Saldanha de Oliveira, minha gratidão, cuja orientação competente é responsável pelos acertos existentes neste trabalho, bem como pela paciência durante a confecção do mesmo, pela análise rigorosa e contribuição à pesquisa.

Agradeço aos professores com quem tive contato na minha vida acadêmica especialmente aos professores Alberto Vivar Flores, Clara Suassuna Fernandes, José Ferreira Azevedo, Jaílton Lira, Roseane Amorim, pelo fino trato e delicadeza, e José Roberto Santos Lima, por suas dicas, por te me mostrado o caminho das pedras, pelas indicações de livros que muito contribuíram à pesquisa.

Aos que direta ou indiretamente me ajudaram nesta caminhada, a Eduardo pelo companheirismo, por ter tornado esses anos mais agradáveis, pelo apoio e amizade que se estende para além do ambiente acadêmico, a Gianluca, presente de Deus e alegria em minha vida, Henrique e a Josenilda, que eu não poderia deixar de agradecer.

Por fim, deixo aqui a minha gratidão a todos que dedicaram uma parte do seu tempo e disposição para de alguma forma me ajudar. Obrigada!

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. (*Geraldo Vandré*).

O homem é o lobo do homem. (*Thomas Hobbes*).

Quem mais demora a fazer uma promessa é quem a cumpre mais rigorosamente.  
(*Jean-Jacques Rousseau*).

**O ENSINO SUPERIOR DENTRO DA PERSPECTIVA DE CONTENÇÃO POLÍTICO-  
IDEOLÓGICA DOS GOVERNOS MILITARES: 1964 A 1968**

**THE HIGHER EDUCATION WITHIN THE PERSPECTIVE OF POLITICAL-  
IDEOLOGICAL CONTENT OF THE MILITARY GOVERNMENTS: 1964 A 1968**

MARLUCE RABELO COSTA

**RESUMO**

O presente trabalho monográfico tem como objeto de estudo a Reforma Universitária no Brasil dentro da perspectiva de contenção político ideológica dos governos militares entre os anos 1964 a 1968. Pretende-se demonstrar num primeiro momento deste trabalho a circunstância política, educacional e econômica do período dando maior enfoque ao pressuposto de que a reforma de 1968 implantaria a modernização e expansão dos espaços acadêmicos públicos Federais. Num segundo momento pretende-se demonstrar um contraponto à Reforma Universitária quanto à questão dos excedentes, evidenciando que as modificações introduzidas nas Universidades Federais deixaram a desejar ao não atingir a ampliação satisfatória em suas matrículas com relação a crescente demanda de acesso. Nesse sentido percebe-se uma assimetria no que se propôs a reestruturação e expansão do ensino superior no Brasil.

**Palavras-chave:** Golpe Civil-Militar. Reforma Universitária. Movimentos.

## **ABSTRACT**

The present monographic work has as object of study the University Reform in Brazil within the perspective of ideological political containment of the military governments between the years 1964 to 1968. It intends to demonstrate at first of this work the educational political circumstance of the period giving greater focus to the assumption that the 1968 reform would implement the modernization and expansion of federal public academic spaces. Secondly, we intend to demonstrate a counterpoint to the University Reform regarding the issue of surpluses, showing that the changes introduced in the Federal Universities have failed to achieve satisfactory expansion in their enrollments in relation to the increasing demand for access. In this sense, we perceive an asymmetry in what has been proposed for the restructuring and expansion of higher education in Brazil.

**Key Word:** Civil-Military coup. University Reform. Movements.

## SUMÁRIO

1	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
2	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2.1	<b>Capítulo 1 – 1964 A 1968: O GOLPE CIVIL E MILITAR E A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO</b> .....	19
2.1.1	<b>1.1 – OS OBJETIVOS DOS GOVERNOS MILITARES</b> .....	19
3	<b>Capítulo 2 – A PROPOSIÇÃO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA</b> .....	31
	<b>2.1 – COMO O MOVIMENTO ESTUDANTIL REAGIU A TUDO ISSO</b> .....	31
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48

## APRESENTAÇÃO

Com base nos acontecimentos históricos, ocorridos no Brasil no período ditatorial e tendo como recorte temporal a linha divisória entre os anos de 1964 e 1968 cenários de desdobramentos da conjuntura política e econômica que impulsionou o país as mobilizações sociais, rumo às reformas de base que desagradavam os setores mais conservadores da sociedade brasileira, passamos a analisar este período tão conturbado da nossa recente história priorizando a educação superior neste contexto onde o país vivenciou o impacto de um regime autoritário que intencionava o amplo controle da sociedade civil, destarte:

No Brasil, a estratégia conciliatória tende a ser mais mobilizada quando os agentes em conflito pertencem às elites sociais. E é este precisamente o caso, pois nos meios universitários, em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes médias e altas, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício, não obstante houvesse muitos “pagãos” também, ou seja, pessoas sem laços sociais protetores. Esse jogo complexo e, às vezes, ambíguo sugere uma análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação (MOTTA, 2014).

A análise supracitada é de Rodrigo Patto Sá Motta e refere-se ao favorecimento de acesso promovido nos meios universitários e em sua grande maioria sinaliza classes médias e altas, segundo as palavras do autor “Em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes médias e altas, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício, não obstante houvesse muitos “pagãos” também, ou seja, pessoas sem laços sociais protetores”. Nessa linha de intelecção percebe-se o viés ideológico presente e institucionalizado nas universidades e os processos e prejuízos causados pela aplicação de sistemas de controles sociais<sup>1</sup>.

Nesse sentido, no que tange a Reforma Universitária, seu surgimento, trajetória e atuação no contexto da ditadura civil-militar e o recorte historiográfico escolhido contempla os anos de 1964 a 1968, período de orquestração da trajetória político-econômica do País, cujos reflexos convergem conseqüentemente para o âmbito educacional. Contempla-se também nesta pesquisa de forma sucinta a conjuntura social e política alagoana nas décadas já mencionadas, exploram-se também o contexto da ditadura militar e suas implicações sociais, políticas e econômicas no Brasil e em Alagoas, em especial, para compreender o contexto social e político de Alagoas na ditadura militar, com suas manifestações sociais, sindicais e

---

<sup>1</sup> Ter o domínio ou poder de fiscalizar e administrar, possuir o controle da situação sobre o que estava acontecendo era o objetivo daqueles que possuíam ligações sociais em seu benefício.

estudantis, campanhas políticas, atuação dos mecanismos de repressão, etc.

A motivação que originou este trabalho monográfico cujo tema aborda a educação superior no Brasil no contexto da ditadura militar, surgiu da vivência em aulas de campo na disciplina Arquivos e Museus no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL no período de 2015, sob a supervisão do professor Rodrigo José da Costa onde na ocasião visitamos o Arquivo Público de Alagoas - APA e em contato com aquele ambiente surgiu o interesse em estudar o recorte historiográfico entre os anos de 1964 a 1968. A princípio não havia a definição do tema propriamente dito pelo fato de não ter entrado em contato direto com as fontes, porém ao ler obras que abordam o período já mencionado, entre as quais: “*1964 História do Regime Militar Brasileiro*” do autor Marcos Napolitano e o livro de memórias publicado recentemente e intitulado “*Oh, pedaço de mim...*” da autora Olga Miranda entre outros teóricos estudiosos do tema, surgiu o interesse em trilhar por este caminho e buscar dentro desse contexto os elementos necessários para a elaboração e confecção deste trabalho, tendo como princípio norteador: “*O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*” do autor Arthur José Poerner e “*A Mitologia Estudantil: uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*” do autor José Alberto Saldanha, obras que darão suporte e embasamento ao tema. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica realizada através de livros e artigos cujos teóricos contemplassem a educação no contexto ditatorial priorizando a Reforma Universitária no Brasil na década de 1968.

Com base nesse contexto, buscamos através desta pesquisa um resgate à historicidade da memória e luta dos jovens de outrora, que se empenharam na reivindicação de direitos pelos espaços acadêmicos públicos Federais, expondo os entraves burocráticos por eles enfrentados e as repressões, visto que almejavam a Reforma Universitária no contexto da ditadura civil e militar. Contribuir para que a sociedade em geral e especialmente a população jovem contemporânea não deixe apagar a chama desta trajetória que abrangeu diversas lutas sociais.

No primeiro capítulo abordaremos um panorama sobre a conjuntura política do período, o golpe civil e militar, e como tópico do capítulo, teremos: 1.1- Os objetivos dos governos militares. Na sequência pretende-se demonstrar durante o presente trabalho a circunstância política, educacional e econômica do período dando maior enfoque ao pressuposto de que a reforma de 1968 implantaria a modernização e expansão dos espaços acadêmicos públicos Federais. No segundo capítulo trataremos da proposição de Reforma Universitária e como tópico do capítulo, teremos: 1.1- Como o Movimento Estudantil reagiu a

tudo isso. Apresentaremos a Reforma Universitária e o Movimento Estudantil, traçando um paralelo entre os principais acontecimentos nacionais e a cena alagoana. Por fim, um contraponto à Reforma Universitária quanto à questão dos excedentes, evidenciando que as modificações introduzidas nas Universidades Federais deixaram a desejar ao não atingirem a ampliação satisfatória em suas matrículas com relação à crescente demanda de acesso.

## INTRODUÇÃO

Considerando o contexto histórico-social que envolve a educação no Brasil, será necessário traçar um panorama dos principais aspectos políticos e econômicos no âmbito educacional dos acontecimentos que antecederam o período ora estudado (1964-1968) situando de forma elucidativa os caminhos percorridos para se chegar à reforma universitária de 1968 dentro da perspectiva de contenção político-ideológica dos governos militares, [objeto de estudo deste trabalho] a qual incitava a insatisfação que inquietava os estudantes, ávidos por mudanças [uma sociedade mais justa, ampla, diversa, igualitária e plural] àquela época, e que culminou nos movimentos populares estudantis. Neste sentido, o breve histórico a seguir sinaliza a trajetória político-econômica do País, cujos reflexos convergem consequentemente para o âmbito educacional.

Contudo, para a melhor compreensão dos pressupostos incorporados na ideologia dessa política educacional que legitimava o capital como um sistema econômico que traria o progresso e crescimento para a sociedade brasileira é necessário uma reflexão acerca dos antecedentes históricos do Golpe Civil e Militar de 1964.

Antes do Golpe de 1964, o Brasil vivia um período conturbado que englobava uma grande crise econômica decorrente da falta de investimentos do capital externo, fato este que teve como consequência o aumento da taxa de juros e quedas nos lucros e na inflação (SANTOS; NETO, 2010). Tudo isso, somava-se a um “momento de radicalização de muitos intelectuais, professores e estudantes, que estavam mobilizados para programas de educação popular, alfabetização de adultos e educação de base” (SANFELICE, 1986). Ainda desse contexto histórico fazem parte uma grande onda de intensos questionamentos em que os trabalhadores rurais, setores da classe média e grupos políticos de esquerda sinalizaram para o conjunto da sociedade através de reivindicações, que já não poderiam enquadrar-se apenas como espectadores indiferentes a exploração e ao domínio dos setores dominantes. (SANFELICE, 1986).

Neste período verificou-se um intenso crescimento do movimento operário sindical. No ano de 1960, somavam-se 1.608 sindicatos e em 1964, esse número se elevou para 2.049. Surgiram também, organizações que coordenavam a ação dos trabalhadores como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e as chamadas Ligas Camponesas que se engajaram na luta pela Reforma Agrária e pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais (BOUTIN; CAMARGO, 2015; NETTO, 2014).

Outros setores da sociedade civil, também se engajaram em diversas lutas pela busca de reformas sociais, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), por exemplo, que inicia

uma batalha pela Reforma Universitária e pela ampliação de direitos que beneficiariam tanto dos estudantes quanto do conjunto da sociedade (NETTO, 2014).

A leitura desses fatos demonstra que este período pode ser inserido como um estágio pré-revolucionário, já que nele tínhamos a probabilidade do desencadeamento de uma revolução liderada pela classe trabalhadora como decorrência dos questionamentos das velhas ordens que até então dominavam. É claro que isto seria uma possibilidade como parte de um processo histórico, pois se o conjunto da sociedade seguisse com aquele intenso processo de politização, certamente teríamos um desfecho protagonizado pela classe trabalhadora, já que conforme afirma (MARX, 2010) “a emancipação política <sup>2</sup>de fato representa um grande progresso, não chega a ser uma forma definitiva da emancipação humana<sup>3</sup>”.

Os grandes empresários, nesse sentido, em conluio com os setores da direita ultraconservadora, sistematizaram uma estratégia de irromper com a situação que ali apresentava, e em nome desse objetivo, se engajaram em organizações que auxiliaram na articulação do golpe de 64, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, o qual se refere a “primeira organização empresarial especificamente voltada para a ação política” (SAVIANI, 2008), cuja finalidade principal residia no combate aos ideais comunistas. Outra organização que pautava sua ação em objetivos muito semelhantes a estes, foi o IPES (Instituto Político Social), fundado em 1961, pelo empresariado paulista e carioca em aliança com empresários de grandes multinacionais:

[...] em suas ações ideológica, social e político-militar, o IPES desenvolvia doutrinação por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares (SAVIANI, 2008).

O período em que os militares governaram o país foi sintetizado por (CARVALHO, 2009), em três períodos:

---

<sup>2</sup> A emancipação política representa uma forma de emancipação parcial, uma vez que deixa intactas as desigualdades entre as classes sociais e as relações de exploração do capital. A revolução política que conduz a esta forma de emancipação foram tratadas nas obras de Marx: Sobre a questão Judaica e Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano (SOUZA; DOMINGUES, 2012).

<sup>3</sup>A Emancipação humana é a revolução da classe trabalhadora com vistas a superar as desigualdades impostas pelo domínio burguês. É a possibilidade da instauração de uma nova forma de sociabilidade em que o ser humano possa libertar-se da exploração de uma classe sobre a outra e gozar da verdadeira liberdade (SOUZA; DOMINGUES, 2012).

a) 1964-1968: Esta fase da Ditadura Militar foi conduzida politicamente pelo General Castelo Branco e também integrou os primeiros anos do governo Costa e Silva. Teve como característica o início das atividades repressivas e a adoção de estratégias que previam o combate na inflação.

b) 1968-1974: Sob o governo de Garrastazu Médici, o país experimentou o auge da violência e repressão. Houve a redução tanto dos direitos civis, quanto dos direitos políticos, mas também compreendeu uma fase de elevação nos índices econômicos.

c) 1974-1985: Com Ernesto Geisel e João Figueiredo há a redução no crescimento econômico e a volta gradual a democracia, através de um processo em que as leis são aos poucos revogadas.

Nesse sentido, explicita que com o Golpe Militar imperado em 1964, por duas décadas a sociedade brasileira experimentou períodos em que oscilavam altos e baixos índices econômicos, os quais aliados com a extrema violência e com o cerceamento das liberdades deixaram como saldo uma herança ideológica que até hoje ainda afeta a sociedade brasileira (CARVALHO, 2009).

Faz sentido, pois o estudo acerca das estratégias por parte da Ditadura de 1964, para legitimar tanto o seu domínio político quanto para solidificar o capitalismo como um sistema econômico ideal para aquele contexto histórico.

Para garantir os interesses em favor da classe dominante a Ditadura Militar necessitou utilizar ferramentas que facilitassem a inculcação de ideologias e que estivessem comprometidas com a solidificação dos interesses em favor da manutenção e fortalecimento do sistema capitalista, naturalizando as desigualdades entre as classes sociais através da diferenciação do acesso ao ensino, conforme analisaremos neste artigo.

Os propósitos ideológicos inseridos na proposta educacional pautada na pedagogia tecnicista se voltaram para um objetivo principal que dizia respeito à eficiência e a produtividade, o que denunciou o engajamento, com os ideais condizentes com a lógica do capital, os quais sempre estiveram atrelados à exploração e a subordinação dos trabalhadores frente a um sistema econômico que sempre beneficiou os donos do capital (SAVIANI, 2009).

A educação, nesse sentido, desempenhou um papel que auxiliou tanto para que o capitalismo solidificasse enquanto sistema econômico hegemônico, quanto para que a classe trabalhadora continuasse cada vez mais alienada, explorada e presa a esse sistema desigual, reforçando, dessa forma, ainda mais a contradição entre capital e trabalho, pois:

[...] crianças desde tenra idade frequentam a escola e são-lhes sistematicamente inculcados as habilidades, os valores e a ideologia que se adaptam ao tipo de

desenvolvimento econômico adequado à continuação do controle capitalista. Argumenta-se que através da escola e de outras instituições superestruturais, a classe capitalista reproduz as forças de produção (mão de obra, divisão do trabalho e divisão do conhecimento) e as relações de produção, estas últimas predominantemente através da manutenção e do desenvolvimento de uma ideologia legítima e de um conjunto de padrões de comportamento (cultura). (CARNOY, 1984)

(CARNOY, 1984) ilustrou com a argumentação sobre as bases ideológicas nas quais se inserem a educação. O autor mostra que a escola é uma instituição que contribui para a perpetuação de ideais e valores que por vezes legitimam a cultura da classe dominante ao difundir um modo de vida que apenas reforça e coopera para o avultamento da diferença entre os trabalhadores e os detentores do capital.

E se ainda considerarmos que as ideias que dominam num dado contexto histórico, são essencialmente as ideias daqueles que detêm o poder econômico e político, teremos certamente uma possível explicação para a hegemonia das concepções educacionais em favor do sistema capitalista no contexto da Ditadura Militar (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

As leis e estratégias reformistas adotadas durante o período da Ditadura Militar buscaram inserir a educação como uma ferramenta cujo objetivo esteve engajado tanto para a qualificação de operários para o mercado de trabalho, quanto para a formação daqueles que iriam dirigi-los, o que pode ser evidenciado através da diferenciação das propostas educacionais que estabeleciam exaltavam as desigualdades entre as classes sociais.

E foram sobre essas bases, que o tecnicismo inseriu-se como a concepção pedagógica que guiou os objetivos para a educação, pois:

[...] “a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2009).

A pedagogia tecnicista, conforme analisa (SAVIANI, 2009), buscou o reordenamento educacional com vistas à produtividade. Para isso, as proposições para o ensino compreendiam o enfoque sistêmico, microensino, tele ensino, instrução programada, máquinas de ensinar, que enfatizavam o parcelamento do trabalho pedagógico através das especializações (SAVIANI, 2009), configurando a fragmentação da educação, conforme já mencionado no presente trabalho.

A educação, nesse contexto, revelou-se como a grande ferramenta do governo para a validação desses objetivos, pois através dela foram transmitidos ideais nacionalistas que enfatizavam a neutralização de qualquer atividade revolucionária, a inibição dos

questionamentos acerca da ordem vigente e a valorização do ensino técnico visando preparação de mão de obra qualificada para o trabalho no sistema capitalista.

A história da UNE e do movimento estudantil se confunde, a partir de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado, a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-USAID (POERNER, 1979). O autor em sua análise menciona a inibição de quaisquer questionamentos relativos aos desmandos da Ditadura Militar. Em síntese:

Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros –, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares “eternamente vigilantes” das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser “subversivo”.

A repressão policial-militar sofrida pelos estudantes sob o governo do Marechal Castelo Branco além de tornar difícil a recapitulação de todas as violências contra eles cometidas, produziu um estado de perplexidade numa geração que só conhecia ditadura de ouvir falar ou de ler nos livros (POERNER, 1979).

## **CAPÍTULO 1. -1964 A 1968: O GOLPE CIVIL E MILITAR E A CONJUNTURA POLÍTICA DO PERÍODO**

### **1.1– OS OBJETIVOS DOS GOVERNOS MILITARES.**

Em 1964 chega ao fim a Democracia instituída no Brasil e entra em cena as lideranças civis e militares. No campo político, foi maculado pela centralização do poder a partir do fortalecimento do executivo que exerceu amplo controle sobre o legislativo e judiciário. Nesse mesmo período foram impostas rígidas e enérgicas regras no que se refere às práticas oposicionistas na política e eleições indiretas para os cargos de governador e presidente da república. Desse modo:

As primeiras cassações indicavam o foco a serem “saneadas” – as lideranças civis e militares alinhadas com as reformas e com o governo deposto – e apontaram para um significado histórico claro do golpismo de 1964. Destruir uma parcela da elite que aderiu ao reformismo, desarticular as forças de esquerda e reprimir os movimentos sociais. (NAPOLITANO, 2014).

Segundo Marcos Napolitano, o que se deu em 1964 foi um golpe de Estado com participação civil-militar, vejamos o que o autor enfatiza a este respeito:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. (NAPOLITANO, 2014).

Passada a conjuntura política que antecede a década de 1964 e ancorados pela contribuição de Marcos Napolitano em sua análise sobre o golpe, percebe-se que havia uma forte insatisfação dos setores conservadores da política brasileira associada ao progressivo ritmo organizacional da sociedade civil naquela circunstância.

31 de março de 1964 é a data da rebelião de parte das Forças Armadas contra o governo de João Goulart, então presidente do Brasil, que marca o início do movimento que originou a Ditadura Militar. Assim, em 1964 iniciou-se o militarismo e com ele ocorreu o aumento do autoritarismo, o que atingiu, também, a área da educação.

A Ditadura Militar que se iniciou em 1964 e se estendeu até o ano 1985 pode ser compreendida como um período extremamente complexo, uma vez que se buscou a articulação entre crescimento econômico, violência e repressão. No entanto, uma análise acerca das estratégias adotadas pelo governo militar para ampliação da economia e para a

legitimação e fortalecimento do sistema capitalista, no referido contexto histórico, revela que o ensino foi utilizado como uma ferramenta para a difusão de valores e ideologias.

A educação, nesse sentido, foi inserida como uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíram para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

O militarismo impôs a ditadura militar e que no período ditatorial foram censuradas diversas atividades artísticas, culturais entre outras manifestações e proibido todo e qualquer tipo de manifestação que se posicionasse contra a Ditadura Militar. Quanto à educação, foram implantadas leis rígidas já no início da Ditadura que estão entre uma das primeiras medidas dos golpistas, com o Ato Institucional nº 1 que estabeleceu, também na área da educação, a punição dos funcionários públicos “subversivos”.

No contexto ditatorial de então é criado, pela Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL –, como prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas por Lourenço Filho. Contudo, o MOBRAL surgiu com uma ideologia diferente da que, até então, era aplicada. Já que o objetivo primeiro do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação dos mesmos em sentido de um todo (BELLO, 2001; DAVID, 2014).

Durante a Ditadura Militar a educação, em sua função máxima de possibilitar o desenvolvimento do raciocínio e, conseqüentemente, da livre expressão e defesa de ideias, foi cerceada, repreendida. Por meio de leis e atitudes arbitrárias os dirigentes da União, durante esse regime, tentaram massificar o pensamento, o que, de certo modo, alcançou algum êxito.

Já na economia, as bases governamentais se apoiaram nos investimentos estrangeiros no país, incentivou as exportações e a expansão do crédito ao consumidor. Em se tratando de intervenções militares anteriores, onde os militares depuseram presidentes para na sequência transferirem o poder aos civis, ou atuar em defesa das regras constitucionais, a exemplo dos anos de 1930, 1937, 1945, 1954, 1955 e 1961, não olvidando que o golpe se deu sob a guisa de civil e militar pelo fato de uma parte dos civis ter se engajado e apoiado o que se denominou golpe com participação ativa nesse processo político ocorrido de 1964 a 1985 onde uma parcela significativa de estudiosos e historiadores do tema identifica como o encerramento da ditadura. Posto isto, nesta conjuntura política que será aqui abordada, o que

se pode observar é que a partir de 1964 com o golpe civil e militar, as forças armadas assumiram o governo, e por vinte e um anos se sucederam na presidência da República.

Com o Ato Institucional nº 1, baixado antes mesmo da posse de Castelo, os militares tornaram indireta a eleição para presidente da República. E, em 1965, depois de perder as eleições para os governos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em outubro, o governo baixou o Ato Institucional nº 2, acabando com as eleições diretas para governadores e prefeitos, dissolvendo os partidos políticos – que foram substituídos por dois novos, a Arena (situação) e o MDB (oposição) -, aumentando os poderes do executivo e intervindo nas atribuições do poder judiciário (CAMARGO, 2014). Em 1967, essas mudanças foram incorporadas à nova Constituição.

Adriano Nervo Codato acentua que o ano de 1964 só se consuma politicamente em 1968. Isto é: O golpe político-militar de 31 de março/1 de abril de 1964 somente se concretiza como regime ditatorial-militar em 13 de dezembro de 1968, após a edição do Ato Institucional n.5 (CODATO, 2004).

“Afim, é possível caracterizar o regime militar antes do AI-5 e da montagem do terror de Estado como uma ditadura? Há certa tendência, sobretudo da memória liberal do regime, defendida por parte da historiografia, em afirmar que não” (GASPARI, 2002. P. 69 *apud* NAPOLITANO, 2014. P. 66).

Nesse sentido, com a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968 alguns jornais ainda que nascidos anteriormente a esta data, mas já no contexto da ditadura militar posicionaram-se em discurso contrário ao regime, porém com algumas ressalvas, como é caso do vespertino paulista *Jornal da Tarde*, (O JT foi além do apoio à política econômica respaldando o combate à oposição armada) edificado nas dependências da empresa pertencente à família Mesquita, tradicional defensora das ideias liberais, onde a mesma publicava o jornal *O Estado de São Paulo* (OESP). A esse despeito, os proprietários do *Estado* ganham o papel de principais protagonistas civis do golpe de 64, sobretudo pelo fato de restringir a garantia de direitos, entre os quais a liberdade de imprensa:

Promulgaram o AI-5 e aí foi a ruptura definitiva. Até ali nós vínhamos divergindo em caso e número, mas não em gênero, porque nós sabemos que o processo tinha que ser aquele, achávamos que devia ser aquele. Mas no momento em que se promulgou o Ato Institucional que revogava tudo aquilo que estava na Constituição em matéria de garantia dos direitos, inclusive a liberdade de imprensa, aí o jornal rompeu definitivamente, politicamente com a Revolução. O que não impede, no entanto, de darmos todo o apoio ao que nós achamos de positivo na administração dos governos revolucionários e, principalmente, na sua política econômica (MARCÔNI, 1980, *apud* GAZZOTTI, In: MARTINS FILHO, 2006).

Em 1968, apenas quatro anos após o golpe, a Ditadura perderia o apoio de parte da classe média. Artistas, intelectuais e estudantes saíram às ruas para protestar contra a censura e a repressão (CAMARGO, 2014).

Tais questões têm sido discutidas a partir da evolução do regime ditatorial-militar no Brasil, segundo a interpretação de Adriano Nervo Codato, esta evolução esteve marcada, como se sabe, por ciclos de "repressão"- intensificação do autoritarismo - e ciclos de "liberalização" – atenuação das restrições sobre a atividade política (CODATO, 2004).

Esta temática aborda de maneira enfática os alicerces do Estado de Segurança Nacional – ESN, órgão que surge como tentativa dos governos militares de combater com mãos de ferro o que na visão ditatorial se traduzisse em um perigo interno iminente, cuja representatividade se legitimava pela ameaça do comunismo. Como numa balança onde o que pesa é o subjetivismo, assim foram a Repressão Política e a Segurança Nacional formando um dueto de um processo político complementar. As opiniões se dividem a cerca desse tão conturbado período da nossa recente história, é o que na observação a seguir se pode constatar: “As Forças Armadas, como qualquer instituição complexa, formulam um conjunto diversificado de opiniões acerca dos diferentes fenômenos que marcam sua experiência institucional” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994).

O que se denominou anticomunismo, na verdade foi peça de um quebra cabeça que se encaixou perfeitamente para a consolidação e prática de outros objetivos por parte de forças imperialistas ou grupos nacionais:

Parte da bibliografia tendeu a realçar a instrumentalização do anticomunismo, manipulado por forças imperialistas ou grupos nacionais visando a outros objetivos que não o combate aos comunistas. Com efeito, a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter o status quo. Porém, a ênfase na dimensão oportunista do anticomunismo acaba por ocultar outras motivações, igualmente significativas. Houve grupos e indivíduos (não necessariamente fanáticos) que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temerem que os comunistas chegassem ao poder. E mais, seus temores não eram absurdos, como muitas vezes se supõe. Em algumas situações, o medo era justificado ou ao menos tinha fundamento, quer dizer, os comunistas gozavam de tal força que os tornava inimigos terríveis. A motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinou em medida diferente ao longo da história. (MOTTA; MARTINS FILHO. 2006).

Como supracitado percebe-se através da ótica de Rodrigo Patto Sá Motta um jogo manipulatório acerca dos desdobramentos vinculados ao anticomunismo militar no Brasil, revelando inclusive excessos na campanha anticomunista, que em sua visão gerou dúvidas quanto à seriedade em seus propósitos, vejamos:

Os eventos de 1964, bem como seus desdobramentos, também contribuíram para lançar uma sombra de dúvida sobre a seriedade do anticomunismo. Após a vitória do golpe ficou claro que houve muito exagero na campanha anticomunista precedente, e a manipulação flagrante ajudou a fortalecer o argumento de que tudo não passou de estratagem para legitimar o projeto autoritário. (MOTTA; MARTINS FILHO 2006).

No final de março de 1964, civis e militares se uniram para derrubar o presidente João Goulart, dando um golpe de Estado tramado dentro e fora do país. Na verdade, esta aliança golpista vinha de muito antes, sendo uma das responsáveis pela crise política que culminou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. (NAPOLITANO, 2014). A conjuntura política do período que compreende os anos de 1964 a 1968 insere-se no Brasil de maneira deveras marcante, sinalizando intensos ajustes em seus alicerces, mediante leis que irão assegurar ao Estado as ferramentas que promoverão respaldo em suas investidas autoritárias, revestidas de poder e arbitrariedade, características de uma política econômica militar cujo escopo latente irá desembocar na instauração da ditadura militar.

Em dezembro, a ditadura foi escancarada: os militares editaram o Ato Institucional nº 5, que fechou temporariamente o Congresso, cassaram o mandato e os direitos políticos de mais parlamentares e líderes oposicionistas, suspendeu o *habeas corpus* e impôs a censura prévia (CAMARGO, 2014). Com as vias políticas fechadas, grupos de extrema esquerda passaram a fazer oposição armada ao regime. Em resposta a esse desafio, a ditadura centralizou a repressão nos aparelhos de inteligência das forças armadas, como o DOI-CODI, institucionalizando a tortura e os assassinatos de prisioneiros (CAMARGO, 2014).

A ditadura restringiu com violência todos os movimentos de oposição, e em se tratando da economia, o governo executou um projeto desenvolvimentista cujo produto foi consequentemente contraditório, sobretudo pelo fato do país ter entrado num estágio de industrialização e crescimento econômico acelerado, no entanto, excluindo grande parte da população, principalmente a classe trabalhadora, sobre este fato, corrobora Daniel Aarão: “Do mesmo modo, importantes setores de trabalhadores autônomos e operários qualificados, sobretudo os empregados em grandes empresas de capital internacional, beneficiavam-se de condições particulares, de modo nenhum extensivas a toda a sociedade” (AARÃO, 2005). Ainda segundo Aarão: “A ditadura finalmente instaurou-se sob o signo do Medo. Medo de que as desigualdades fossem questionadas por um processo de redistribuição de renda e de poder. Ora, através dos anos mantiveram-se e se consolidaram essas desigualdades” (AARÃO, 2005). O autor indaga: Não terá sido essa a maior obra da ditadura?

A industrialização e crescimento econômicos acelerados, como já mencionados sob a ótica de Daniel Aarão é assunto partilhado por diversos autores contemporâneos e mentalidades precedentes com a mesma linha intelectual de pensamento, que serão de grande valia para o embasamento teórico da construção deste trabalho. Vejamos o que contribui José Paulo Netto, já no capítulo introdutório de seu livro intitulado *Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)* a esse despeito:

O crescimento econômico se operou com efeitos muito desiguais: concentrou-se especialmente no sudeste (no eixo São Paulo/Rio de Janeiro) e os desequilíbrios regionais, aliás, históricos, se acentuaram (um indicador é o nível de renda: em 1960, a do Nordeste equivalia a 28,5% da de São Paulo). Também era flagrante a desigualdade na distribuição da renda nacional: os 40% dos trabalhadores mais pobres só se apropriavam, em 1960, de 15,8% dela (e esta participação decrescia ainda mais nos anos seguintes: em 1980, caiu para 10,4%); o índice de Gini – que varia de 0 (distribuição igualitária) a 1 (máxima desigualdade) – punha a sociedade brasileira no patamar 0,497 (indicador que igualmente cresceria nos anos seguintes, mostrando um notável processo de concentração da renda). Sabe-se que a concentração da renda está diretamente ligada à concentração da propriedade – o que, no país, se evidenciava muito fortemente no campo: dos 70 milhões de brasileiros, somente pouco mais de 3 milhões possuíam terras; destes, 2,2% detinham 58% da área total agricultável. (NETTO, 2014).

Em que pese às inúmeras discussões acerca do tema e após as mais diversas tentativas de elucidar o porquê, como, e para quem se deu a ditadura é que, ancorado na potencialidade da sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Daniel Aarão narra o cenário ditatorial e seus processos ideológicos de dominação e poder. Diante disso, em sua narrativa o mesmo arremata:

“Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática. Nessa reconstrução, as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas. Quando lutam, o fazem integradas em um processo de resistência. Esta é uma palavra-chave na memória das esquerdas submetidas pela ditadura. Nessa reconstrução os valores democráticos, embora derrotados em 1964, sempre contaram com um apoio amplo e maciço na sociedade, embora sob vigilância, acuados pela repressão, pelo menos até 1974”. (AARÃO, 2005).

Opositores às reformas e a tudo que a elas estivesse vinculado, os governos militares pretendiam desarticular as forças de esquerda e tinham objetivos a serem concretizados. Para Marcos Napolitano em *1964: História do Regime Militar Brasileiro* livro em que analisa o período ditatorial no Brasil, o autor ressalta os objetivos do golpe de Estado e o que derivou do mesmo, desse modo:

O autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalização civil-militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos. O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de

cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura. O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais. (NAPOLITANO, 2014).

Após o golpe de 1964, permanecia entre estudantes e professores um clima de insatisfação com a estrutura universitária existente. Em várias instituições, alunos e professores realizaram “cursos paralelos”, expressando sua discordância com relação aos currículos existentes. Paralelamente, os estudantes se mobilizaram diante da incapacidade do ensino público de absorver os alunos aprovados nos vestibulares. Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinha sido aprovado, número que aumentou para 162 mil em 1969. A questão dos “excedentes” constituiu-se num constante foco de tensão social.

A pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio, que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964. Ao mesmo tempo, o processo de concentração da propriedade e de renda, em curso na sociedade brasileira desde a década de 1950, acentuado pela política econômica adotada a partir de 1964, conduziu as classes médias a encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização de seu projeto de ascensão social (CUNHA, 1975; TRIGUEIRO, 1967 *apud* MARTINS, 2009).

Diante desse quadro, o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior. Ao contrário do que ocorrera no período populista, durante o qual vigorou uma discussão pública visando à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central.

Sobre essa perspectiva ideológica, a estratégia educacional na sociedade de classes e não foi diferente no período de hegemonia da Ditadura Militar, nunca é a difusão de conhecimentos que possam trazer a possibilidade de questionamentos da ordem social apresentada, ou que contribuam para o desenvolvimento do educando nas suas diferenciadas potencialidades.

O ensino, durante o domínio político dos militares, foi fragmentado conforme os pressupostos da pedagogia tecnicista e com base neste aspecto, o IPES, conforme aponta (SAVIANI, 2008), se dedicou na organização de reformas educacionais que diziam respeito à elaboração de um documento com direcionamentos que asseguravam que os investimentos no ensino teriam como retorno imediato o aumento na produtividade e o consequente crescimento econômico do país (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

Este documento trouxe como proposta direcionamentos tanto para o ensino médio, quanto para o ensino superior, os quais teriam como tarefa:

- a) O ensino médio tinha como pressuposto preparar os profissionais adequadamente para atuar no mercado de trabalho.
- b) O ensino superior tinha como principal função a formação de mão obra para as empresas e a formação de trabalhadores dirigentes.

Percebe-se que as sugestões para o ensino traduziam os anseios “teoria do capital humano” (SAVIANI, 2008, p. 296), a qual se volta para o desenvolvimento nos moldes regidos pela cartilha do sistema capitalista, pois:

[...] formação para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais”. (SAVIANI, 2008).

Dessa forma, agindo em defesa de ideais que englobavam uma formação essencialmente voltada para o desenvolvimento econômico e hegemonia do sistema capitalista, se inserem as propostas de um acordo político estabelecido entre o MEC (Ministério da Educação) e USAID (Agência Norte-Americana para o desenvolvimento Internacional), as quais tinham como objetivo planejar várias reformas para o ensino brasileiro de acordo com os direcionamentos dados por técnicos norte-americanos, contratados pelo governo brasileiro para este propósito (LIRA, 2010).

O referido acordo trazia encaminhamentos, sobre tudo, para o ensino superior que conforme as proposições do USAID estabelecia uma reforma universitária, propondo uma formação qualificada para o mercado de trabalho, que visaria à preparação de quadros de

dirigentes para atuar nas grandes empresas conforme previa o modelo educacional americano (LIRA, 2010).

O governo militar adotou a maioria das sugestões para o ensino indicadas pela USAID, e recomendando reforçar os ideais de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico, a Confederação Nacional de Educação (CNE), promovida em julho de 1966, enfatizou, sobretudo a importância da ampliação de vagas no ensino para que fosse sanada a carência de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho (LIRA, 2010).

A autora Ivani Catarina Arantes Fazenda, sintetiza em ordem cronológica as proposições do referido acordo entre o MEC e agência americana USAID, conforme aponta a autora o mesmo se legitima pela orientação capitalista (FAZENDA, 1985).

1) 1964: Aprimoramento do ensino primário, através de um contrato de 24 meses em que 6 assessores americanos dariam os direcionamentos para a educação brasileira.

2) 1965: Aperfeiçoamento do ensino médio, através do assessoramento técnico americano e treinamento de técnicos brasileiros.

3) 1966: Cursos de formação para professores do ensino médio, reformulação das Faculdades de Filosofia e das universidades brasileiras.

É muito importante ressaltar que, além de estabelecer os direcionamentos para a educação brasileira na década de 60, a agência USAID, também imperou seu controle na publicação, circulação e editoração dos livros didáticos a serem utilizados nas instituições de ensino do Brasil (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

Os acordos MEC-USAID, nesse contexto, denunciam o direcionamento elitista sobre o qual se embasavam as propostas para a educação brasileira. Os reflexos dessa política, certamente, distanciavam cada vez mais o acesso à universidade para a classe trabalhadora, uma vez que, conforme apontou (POERNER, 1979), o acordo estabelecia a escolha de “currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitiam o máximo de eficiência [...]” (POERNER, 1979, p. 246), auxiliando para a reafirmação da lógica capitalista que contribuiu para que os trabalhadores permanecessem cada vez mais alienados e os proprietários cada vez mais ricos e poderosos, reforçando dessa forma a diferenciação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual conforme prevê a lógica capitalista.

Em síntese:

[...] configurou-se, a partir daí, a orientação que estou chamando de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da

racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (SAVIANI, 2008).

Somando-se as estratégias de reformismo educacional, engajadas com a promoção do lucro e prosperidade, insere-se a Lei aprovada em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que articulou o então denominado primário, com o antigo ginásio, institucionalizando que a duração do curso de primeiro grau seria de oito anos, e também criando cursos profissionalizantes para o ensino de segundo grau, visando, assim, “atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho” (SAVIANI 2008).

Ainda fazem parte do rol de estratégias reformistas para o ensino, sobretudo a partir de 1969, a proposta que vislumbrava a possibilidade dos alunos passarem a pagar pelo acesso a Universidade pública de acordo com a renda familiar, conforme mostraram os estudos de (SAVIANI, 2008):

“os alunos cuja renda familiar ultrapassasse 35 salários mínimos pagariam uma anuidade para que fossem sanadas as despesas administrativas e de manutenção da instituição de ensino; aqueles alunos cuja renda estivesse entre 15 e 35 salários mínimos teriam o benefício do financiamento desta anuidade, que poderia ser quitada no prazo de até quinze anos; os alunos cuja renda equivalesse a um número inferior a quinze salários mínimos poderiam gozar da gratuidade do ensino ou concorrer a bolsas de estudos”.

Mas, essas proposições para o ensino não foram seguidas e o modelo de privatizações do ensino superior atinge seu ápice neste período, o que gerou o crescimento das universidades privadas e a posterior proliferação de instituições privadas durante o governo militar (SAVIANI, 2008).

Esse fato sinaliza que, o acesso ao ensino superior era facilitado, naturalmente, para aqueles que tinham condições financeiras para arcar com o custeio das mensalidades das universidades.

Estes alunos com privilégios financeiros certamente integrariam os quadros dirigentes no sistema capitalista. Já para os alunos com baixos rendimentos restavam os cursos técnicos e profissionalizantes que sem dúvida auxiliariam para a composição da grande massa de assalariados da qual integra a sociedade de classes (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

A análise até aqui desenvolvida exemplificou as bases ideológicas sobre as quais se inseriu a educação no período de governo da ditadura militar, o que nos permite tecer uma analogia com os dias atuais, haja vista que os mesmos direcionamentos para o ensino, hoje podem ser verificados através das políticas e estratégias reformistas que visam unicamente à formação para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, o aprendizado emancipador para a classe trabalhadora, que possibilite o desenvolvimento humano nas suas diferentes potencialidades, não é tido como um objetivo para aqueles que detêm o poder político e econômico, ao contrário, o que é levado em consideração, é um aprendizado para a subserviência, para o conformismo com as desigualdades de classes e com a exploração de um sistema econômico do qual são beneficiadas somente os detentores do capital (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

O governo encomendou determinados estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior entre os quais se destaca o documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon; o Relatório Meira Mattos, que o abordou como uma questão de “segurança nacional”, e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros (ATCON, 1966; RELATÓRIO MEIRA MATTOS, 1968; RELATÓRIO DA EQUIPE DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, 1969 *apud* MARTINS, 2009).

Os diagnósticos e as recomendações veiculados por esses documentos apresentam um alto grau de convergência. A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro. A reformulação do ensino superior deveria pautar-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade estrutural, evitando a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas.

A Lei n.º 5540/ 1968 de 28 de novembro de 1968, entrou em vigor no governo de Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura e estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (LIRA, 2012).

A Lei extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral. As entidades privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público e foram suprimidas definitivamente as verbas orçamentárias vinculadas (LIRA, 2012).

A partir dessa perspectiva, recomendava-se a eliminação da cátedra vitalícia, a criação dos departamentos, a introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária como um mecanismo para contornar as pressões dos “excedentes”. Sugeriam-se também modificações no exame vestibular, que deveria tornar-se “classificatório”, visando à incorporação de um maior número de estudantes. O documento elaborado pela Equipe de Assessoria do Ensino Superior faz uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. Nessa direção, assinalava que o governo deveria estimular a criação de universidades particulares, prestando-lhes auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros (Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, 1969, p 56).

## **CAPÍTULO 2. - A PROPOSIÇÃO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA.**

### **2.1- COMO O MOVIMENTO ESTUDANTIL REAGIU A TUDO ISSO.**

Antes de problematizar o modelo de desenvolvimento da educação superior, (CUNHA, 1988) faz uma análise do momento educacional que vivia o Brasil no contexto da década de 1960. O diagnóstico dos problemas do sistema educacional não era novidade para a Ditadura que nascia em 1964. Os governos anteriores ao golpe não conseguiram resolver as demandas levantadas por estudantes e professores.

Nesse aspecto, o autor mostra que existia uma crise de realização social do profissional diplomado. O crescimento das oportunidades de emprego não se dava no mesmo ritmo do aumento dos alunos diplomados. Segundo (CUNHA, 1988), todo esse processo induzia um movimento estudantil voltado para a reforma do ensino superior. Não obstante, a procura por vagas nas universidades aumentava a cada ano, embora, a oferta de vagas parecia estar inerte diante dessa situação. De acordo com Cunha,

[...] o aumento do ritmo da inviabilização dos pequenos negócios, correlativo ao da intensificação do crescimento dos monopólios industriais, comerciais e financeiros, as camadas médias davam forma ainda mais nítida [...] à ideia de relacionar o futuro dos filhos à diplomação em grau superior. O resultado foi o crescimento ainda mais acelerado da procura pelo ensino superior. (CUNHA, 1988; SILVA, 2016).

Desse modo, a análise do ensino superior brasileiro feita por Cunha, demonstra que já havia uma assimetria no que concerne o sistema educacional em detrimento a crescente procura por vagas nas universidades, antes do golpe de 1964. Conforme o autor e demais teóricos do tema, passamos a estudar neste capítulo a proposição de reforma universitária e como o movimento estudantil reagiu a tudo isso.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil. A inserção dos docentes nessa mobilização traduzia as aspirações de cientistas e de jovens pesquisadores que haviam recebido uma formação no exterior e desejava fazer da universidade um *lócus* de produção de conhecimento científico.

No Brasil os acontecimentos do meio estudantil comoverão, principalmente, grandes setores da classe média. O ensino superior brasileiro estava defasado diante do veloz avanço ocorrido na estrutura produtiva, no processo de urbanização e na expansão de novos setores da classe média. O salto da industrialização dos anos 50 expandira os mercados para as profissões universitárias. Em consequência, crescera as expectativas das famílias da classe

média quanto ao papel do aparelho universitário (GORENDER, 1987: 146 In: SALDANHA, 1994).

No plano estudantil, a UNE aprofundava sua visão crítica da universidade brasileira, caracterizada como instrumento das classes interessadas na manutenção da ordem social vigente, em especial no decorrer das discussões provocadas pelo projeto do que viria a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases, e depois da greve deflagrada pelos estudantes baianos, em 1960 – ponto de partida do debate sobre a reforma universitária. O movimento grevista representou uma espécie de alarma para a crise da universidade, além de assumir caráter nacional e provocar, inclusive, a intervenção das Forças Armadas em Salvador, por ordem expressa do presidente da República. A maior consequência da greve foi, no entanto, enfatizar a necessidade de uma tomada de posição dos universitários em relação à universidade como um todo, posição esta que seria aprofundada com o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, também em Salvador.

Do seminário que debateu a questão da universidade em Salvador resultou a *Declaração da Bahia*, primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil na Quarta República, equivalendo ao que havia significado as conclusões do 2º Congresso Nacional de Estudantes durante o Estado Novo. Contendo três títulos básicos – A realidade brasileira, A universidade no Brasil e A reforma universitária –, além de um adendo sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o documento realmente inovava, na medida em que aprofundava concepções, como logo no seu primeiro parágrafo:

“De maneira alguma atrairia a consideração de uma universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a nação atravessa. Incumbe-nos esboçar a missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro, universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século 20, num país em fase de desenvolvimento”. (POERNER, 1968).

Em 1960, a presidência da UNE voltou às mãos de um baiano, Oliveiros Guanais, que teve de enfrentar um problema político dos mais sutis: a campanha eleitoral para as eleições presidenciais era o tema que empolgava a nação, roubando o destaque às campanhas da UNE, que, em virtude de proibição estatutária, não se podia engajar na campanha do marechal Henrique Lott (POERNER, 1979).

A *Declaração da Bahia* é um documento de fase de transição. Os estudantes dão um novo salto, no afã de conceituar e, a partir daí, planejar a sua ação. O texto, além disso, atesta a emergência da nova corrente radical no movimento estudantil, que define revolução como,

“a posição consciente de todo um povo, no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido

da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições”. (POERNER, 1968).

E entende que,

“em nossos dias, trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade”.

A *Declaração da Bahia*, com todos os vícios e defeitos, compensados pelo seu papel de facho na escuridão conceitual do movimento estudantil da época, ajudou a UNE a conduzir os seus liderados.

Quanto à universidade no Brasil, objeto do seu segundo título, a *Declaração da Bahia* a caracteriza como “uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente”.

E acentua:

... “A universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa em seu topo”.

A *Declaração da Bahia*, no intuito de provar suas assertivas, o documento demonstra que a universidade, em nosso país, falha em suas missões cultural, profissional e social. Culturalmente, porque, incapaz de elaborar uma cultura nacional e popular, se limita a repetir valores e padrões importados; profissionalmente, porque não forma os profissionais que a realidade nacional exige, ao insistir numa educação formalista, que pouco oferece além do diploma; e socialmente, pelo caráter antidemocrático dos critérios que lhe dão acesso, aos quais, de cunho econômico, pouco importam as capacidades ou as possibilidades culturais dos candidatos (ingressam na universidade os que podem pagar cursinhos, caríssimas taxas de universidades particulares ou que, dispensados de ganhar o seu sustento ou da família, dispõem de mais tempo para o estudo).

Aldo Arantes, eleito durante o 24º Congresso Nacional de Estudantes em 1961, era, depois de Oliveiros Guanais, o segundo dirigente da UNE representativo da ideologia da AP; a ele seguiram-se Vinícius Caldeira Brant e José Serra, sendo que esse último não chegou a concluir o seu mandato devido ao Golpe imposto ao país a partir de 1964. Seguindo a mesma sequência, tivemos como dirigentes da UEEA (chamada de “Entidade Máxima dos Universitários Alagoanos”) Adalberto Câmara, Agatângelo Vasconcelos, José Gonçalves Sobrinho e Ogelson Gama. Assim como Serra, pelo mesmo motivo, Ogelson também não concluiu o mandato para o qual fora eleito.

A UNE, após algumas administrações definidas como direitistas, tinha como presidente Aldo Arantes, integrante da Ação Popular (AP), movimento surgido em 1962 ao definir a sua linha política e estabelecer-se como uma dissidência da Juventude Universitária Católica (JUC) em relação à hierarquia da Igreja Católica, tida como demasiado conservadora pelos líderes estudantis. Jacob Gorender assim esclarece o aparecimento da AP: “O surgimento da AP decorreu, simultaneamente, das mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Para os seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica se mostrava já demasiado estreita, dada a vinculação oficial à Igreja (...)”.

O surgimento da AP – da qual Aldo Arantes foi um dos fundadores, com Herbert José de Souza, o Betinho, e o padre Henrique de Lima Vaz – ocorreu, ademais, num momento histórico extremamente favorável, tanto do ponto de vista nacional quanto do estritamente estudantil. No plano nacional, o Brasil entrava numa fase de forte ebulição social, só contida em abril de 1964 – ainda assim, não pela remoção de suas causas, mas, artificialmente, pela intervenção policial-militar.

Enquanto isto, no cenário nacional, outros fatores contribuíram para a ascensão da corrente católica: a dinamização das atividades dos corpos discentes nas universidades católicas, de que é expressão o Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da PUC do Rio de Janeiro, que denunciava o caráter privilegiado do estudante superior, pela seleção econômica que a universidade, em nosso país, impõe aos que nela pretendem ingressar; a rebelião da juventude cristã contra o clericalismo na religião, o capitalismo na economia e o reacionarismo na política do Brasil; o surgimento, no plano internacional, do ecumenismo; e, sobretudo, o caráter eminentemente ativista e o radicalismo das mensagens da AP.

O texto básico desta instituição, por exemplo, a define como “expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu, como resposta ao desafio da nossa realidade...” Sobre a principal destas opções, explica que “é na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que esta opção se situa e a sua ação se orienta”. (POERNER, 1968).

Em 1963 a AP aprovou o documento – base que explicitou sua definição pelo “socialismo (...) buscando apoios doutrinários nos pensadores católicos (...) um socialismo humanista”.

Neste ínterim, no cenário alagoano quando a Universidade Federal de Alagoas foi criada no dia 26 de janeiro de 1961, havia no Brasil e em particular em nosso estado, um

intenso e representativo Movimento Estudantil com o qual a recém-criada instituição conviveu e interagiu.

A União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE), congregava as aspirações dos estudantes universitários, enquanto a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA), vinculada à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), o fazia quanto aos que ainda não haviam alcançado o Ensino Superior, mas não existia interação significativa entre as duas entidades.

Assim, em seus primórdios, teve a UFAL que acatar a existência e interatuar, nem sempre de maneira fácil, com um combativo Movimento Estudantil pleno de reivindicações, greves, congressos, seminários e até editando pequenos, porém atuantes periódicos, pois cada Diretório Acadêmico publicava o seu “órgão oficial”, embora de restrita divulgação, a exemplo de “*A Voz do Direito*”, de “*O Clínico*” e de “*O Prisma*” (Engenharia), enquanto a UEEA editava o boletim “*Atualidades que interessam aos universitários*” e o DCE o periódico “*O Novo Sol*”. Era o Movimento Estudantil tão sólido entre nós que nos anos que antecederam a abril de 1964, conseguiu colocar na disputadíssima Diretoria da UNE dois dos nossos conterrâneos: Roberto Mafra e Jurandir Boia (VASCONCELOS, 2015).

Em Alagoas predominavam na política estudantil dois grupos: um com ideologia que o aproximava do “Grupão” (assim era designada a AP em suas fases iniciais) e outro próximo ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Contudo, pontificavam líderes estudantis de outras tendências ideológicas, político-partidárias e religiosas. Em sua maioria, contudo, eram ligados à JUC, à AP, ou ao PCB, por serem os mais importantes direcionamentos da época no mundo estudantil. Todos eram jovens idealistas impulsionados pelas bandeiras libertárias do momento (VASCONCELOS, 2015).

Com tal orientação, a AP teve que se situar na mesma faixa de clandestinidade do Partido Comunista – em que sua ascensão foi facilitada não só pelos recursos de que dispunha, como também pelo considerável impulso que recebeu na excelente gestão de Arantes, particularmente com a repercussão obtida pela atuação deste na crise nacional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, um ex-aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Na qualidade de presidente da UNE, Arantes viajou ao Rio Grande do Sul, em agosto de 1961, para participar, ao lado de Leonel Brizola, então governador daquele estado, da Campanha da Legalidade, que empolgou o país e garantiu a posse – contestada por setores militares e conservadores – do vice-presidente João Goulart.

A entidade resolveu, entretanto, como era de se esperar, que aquelas conclusões deveriam ser aprofundadas, em busca da perspectiva tática que lhes faltava. Convocou, então,

o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que se reuniu de 17 a 24 de março de 1962, em Curitiba, e cujas teses se consubstanciaram na *Carta do Paraná* (Caderno da UNE, nº 2, 1962).

O 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária em Curitiba foi, por assim dizer, o ponto de encontro de estudantes de todo país, unidos por um mesmo problema em busca de uma mesma solução. Lá, as resoluções do Seminário de Salvador foram desenvolvidas e analisadas.

Em termos práticos – e até teóricos – o Seminário de Curitiba superou o de Salvador. Os universitários concluíram que a reforma é, antes de tudo, uma mudança na estrutura. Na época, avaliaram que, como todas as reformas de base, a reforma universitária interessava fundamentalmente o povo, pois somente para o povo o ensino superior era um problema grave e quase inalcançável. (BLUMBERG, 2012- *une.org*).<sup>4</sup>

Como a *Declaração da Bahia*, a *Carta do Paraná* se dividiu, igualmente, em três partes principais: Fundamentação teórica da reforma universitária, Análise crítica da universidade brasileira e Síntese final: esquema tático de luta pela reforma universitária. Pelo simples enunciado dos títulos, já se nota que o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária produziu o aprofundamento crítico que dele se esperava, suprimindo, inclusive, a lacuna deixada pelo 1º, quanto à perspectiva tática.

Pode-se dizer que a *Carta do Paraná* termina, nas suas linhas gerais, uma fase da fundamentação teórica da reforma universitária. “Trata-se, então, de levá-la à luta concreta. Era esse o pensamento dos estudantes. E assim foi a sua ação”.

Em Alagoas, com a deflagração da Greve de um Terço, as atividades discentes na UFAL foram paralisadas por cerca de três meses. Houve previamente uma Assembleia Geral na Faculdade de Medicina, promovida pelo D.A. Prof. Sebastião da Hora, da qual se tirou um longo “Manifesto dos Estudantes Alagoanos” como informa “*O Clínico*”, periódico daquele DA:

“Assinado pelo seu presidente, pelo DCE e pelos presidentes dos DD. AA de todas as nossas escolas superiores, a UEEA lançou o seguinte Manifesto...”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup><http://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>Acesso em: 15/09/2018

<sup>5</sup>Vasconcelos, 2015. O Movimento Estudantil nos primórdios da UFAL. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-movimento-estudantil-nos-primordios-da-ufal.html> Acesso em 15/09/2018.

Pretendia-se uma participação mais numerosa dos alunos nos órgãos colegiados do Ensino Superior, sendo feita a proposta a de um terço de representação estudantil. Luiz Nogueira Barros que na ocasião era secretário geral do recém-criado DCE, discorrendo a esse respeito, diz:

“A reação dos professores foi negativa não porque eles se sentissem vigiados em suas honestidades, mas sim porque a mentalidade universitária era muito senhorial”.

Durante tal greve chegou a haver a ocupação da Faculdade de Filosofia após um professor tentar quebrar a greve trazendo duas alunas para fazerem prova. Acirraram-se os ânimos e autoridades educacionais teriam sido impedidas de entrar no recinto, sendo necessária a intermediação pessoal do Vice-Governador Teotônio Vilela para apaziguar a situação.

Outra versão, mais pormenorizada, informa haverem sido os grevistas alertados para a presença de um professor da UFAL, muito ligado à Igreja, o qual acompanhado por duas alunas (freiras da Escola de Serviço Social) insistia para que as mesmas pudessem fazer determinada prova marcada para aquela noite. Observe-se que a Congregação da citada Escola havia sido elogiada no “Manifesto dos Estudantes Alagoanos” exatamente por já haver adotado o que os estudantes pretendiam, a sua representação de “Um Terço”.

Somente em 1963, a UNE conseguiu se refazer do desgaste sofrido nas bases, com a Greve de Um Terço. Naquele ano, se reuniu, em Belo Horizonte, o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que manteve, em linhas gerais, o esquema tático preconizado pela *Carta do Paraná*, aparadas as arestas que se haviam tornado demasiado ostensivas após o movimento paredista (POERNER, 1979).

Embora sem alcançar seus objetivos iniciais, a greve do um terço não pode ser considerada um fracasso total, pois, no seu decurso, contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade no Brasil. Falharam, todavia, os seus organizadores, quando mistificaram os liderados com a iminência do triunfo grevista ou quando manifestaram exagerada confiança na atuação isolada do movimento estudantil.

Essas falhas bastaram para produzir um certo desgaste das lideranças, o que resultou, em conjunto, no enfraquecimento da atuação política, mesmo se computados os sucessos parciais ou regionais da greve, como o obtido no Paraná, cuja universidade adotou a proporcionalidade de um terço de representação estudantil na composição de seus órgãos colegiados.

A partir daí, a confusão foi geral até 31 de março, quando o governador Magalhães Pinto, de Minas se declarou em estado de rebelião contra o governo federal, logo apoiado pelos governadores de São Paulo, Guanabara, Paraná e Rio Grande do Sul.

“... No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica” (POERNER, 1979).

Os estudantes ainda tiveram o mérito de, não tão confiantes no propalado “esquema militar do general Assis Brasil”, exigir do governo armas para a resistência, especialmente nas Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia. Como as armas não viessem, a juventude acorreu às ruas, em 1º de abril, participando, majoritariamente, de manifestações antigolpistas, como na Cinelândia, no Rio. Já habituados à ideia de que o Exército seria o garantidor das reformas exigidas pela estrutura arcaica do país, os estudantes custaram a perceber que os tanques se haviam voltado contra eles.

O anticomunismo se tornava, cada vez mais, a tática propagandística dos senhores que sentiam ameaçados os seus feudos, e se acentuava a exploração política da fé religiosa das massas humildes. Empregadas domésticas e populares esfarrapados eram levados frente às câmaras de televisão para se pronunciarem contra as “reformas comunistas”.

No interior do Estado de Alagoas, a polícia vinha efetuando um trabalho ostensivo contra os membros do PCB e os trabalhadores rurais engajados nos movimentos sociais (MIRANDA, 2017).

O modo autoritário com que os liberais conservadores conduziram as transformações no Estado e os movimentos sociais será um dos fatores importantes na identificação e adesão quase imediata ao golpe de 1964, assim como no protagonismo que esse bloco exercerá na condução da ditadura militar em Alagoas (COSTA, 2013).

A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (conforme o ministro Juraci Magalhães, o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil), “não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado...” (A verdade do movimento estudantil. Jornal do Brasil, seis nov.1966) (POERNER, 1979).

Quanto à repressão particular contra os estudantes, o governo Castelo Branco fora mais apressado, ao especificá-la, estruturá-la e institucionalizá-la com a Lei nº 4.464, de nove de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda (POERNER, 1979). A Lei

intencionava o fim do Movimento Estudantil, tornando assim a juventude estudantil coberta de motivos para rebelar-se, pois:

Como se vê, a juventude estudantil tinha razões de sobra para persistir rebelada no governo Costa e Silva, que, inclusive, reduziu ainda mais o percentual dos recursos consignados à educação no orçamento, fixado para 1968 em 7,7% do total, quando representara 11% em 1965, 9,7% em 1966 e 8,7% em 1967. Isso para não falar na repressão ao movimento estudantil, prática que o novo governo desenvolveu com a mesma brutalidade policial do anterior, e da nomeação, em dois de janeiro de 1968, do coronel Meira Matos – que comandara as tropas que fecharam o Congresso Nacional em outubro de 1965 – para presidir a Comissão Especial que iria “supervisionar e coordenar as diretrizes governamentais no setor estudantil, por delegação do ministro da Educação” (POERNER, 1979).

Como se pode observar, o governo Costa e Silva deixa muito a desejar nos repasses para a educação, cujos percentuais explicitados na citação a cima revelam que nos anos anteriores: 1965 11%; 1966 9,7% e em 1967, 8,7% ocorreram déficits em seus recursos orçamentares e somam-se a isso as reincidentes repressões ao movimento estudantil.

O foco das tensões de 1968 se intensifica com a morte do estudante Edson Luís, revelando um gigante adormecido que se traduziu em movimentos que impulsionou o país as mobilizações sociais:

Mesmo encarada com absoluta isenção política, de Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protesto até então adormecidas. “Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo do povo brasileiro” (POERNER, 1979).

Edson Luís não foi a primeira vítima da violência da ditadura de 64, mas coube ao seu cadáver desencadear aqui o processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países (POERNER, 1979).

Em 1968, o movimento estudantil tomou outro rumo, sobretudo no primeiro semestre, culminando o processo na chamada Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro (AARÃO, 2005).

Em meados de outubro, teria de ser realizado o 30º Congresso da UNE. Para sediar a reunião clandestina, foi escolhida uma pequena cidade interiorana de São Paulo, Ibiúna, para onde afluíram cerca de mil delegados dos estudantes de todo o país (POERNER, 1979).

Na análise do autor, não houve êxito quanto à escolha do lugar para sediar o 30º Congresso da UNE, pois:

“Logo se revelou que o lugar não era o ideal para o encontro. Com suas aparências e trajes informais – barbas, cabelos longos, roupas modernas e coloridas –, os jovens chamaram as atenções dos pacatos moradores de Ibiúna, onde o súbito acréscimo de

mil habitantes provocou sensíveis mudanças. Os padeiros, por exemplo, logo perceberam que teriam de produzir mais, o mesmo se dando com outros comerciantes de gêneros alimentícios”.

A novidade se difundiu e chegou ao conhecimento das autoridades policial-militares, que desfecharam um cerco sobre a minúscula cidade. No dia 14, os 920 congressistas foram presos, entre eles os quatro principais líderes estudantis da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos (que encerrava a sua gestão) e Jean-Marc Charles Frederic Van der Weid (POERNER, 1979).

A França se torna o epicentro das manifestações estudantis. Desde o início do ano de 1968, que os estudantes da Universidade de Natterre exigiam a reformulação e liberalização do estatuto dos estudantes residentes nas cidades universitárias, reformas nos currículos e métodos de ensino, denúncia dos cursos magistrais e da cultura livresca. Criticavam o autoritarismo e a política norte-americana de guerra no sudeste asiático. (Reis Filho, 1988: 37 In SALDANHA, 1994 p. 42).

Em abril haveria uma série de conflitos entre estudantes e policiais que resultaria no fechamento da Universidade de Natterre. No dia 03 de maio, um grande comício na Sorbonne mereceria o mesmo tratamento. A invasão da mais tradicional universidade francesa torna-se o estopim do “Maio Francês”:

“Uma vaga impressionante de manifestações, envolvendo dezenas de milhares de pessoas, se levantaria contra a ação policial e as autoridades, entre seis e 11 de maio”. No dia 10 uma noite de barricadas marcou um primeiro ápice do movimento. (...) No dia 13 sentindo o recuo das autoridades, houve uma Jornada Nacional de Protesto contra as arbitrariedades: milhões de pessoas desfilaram em toda a França. Os trabalhadores pareciam ter tomado gosto pela luta. “A radicalização viria novamente das cidades do interior, onde começaram as greves com ocupação das fábricas e sequestro dos diretores”. (REIS FILHO, 1968; SALDANHA, 1994).

O desfecho do “Maio Francês” seguiu os caminhos institucionais. A solução dos graves conflitos sociais foi dirigida para eleições parlamentares, aonde as forças políticas conservadoras e o partido do General de Gaulle tiveram uma confortável vitória. Mas se a “Revolução” parecia ter escorrido por entre os dedos dos estudantes e das forças de esquerda da França, o exemplo das manifestações estudantis não passou despercebido pelo mundo afora (SALDANHA, 1994).

Na América Latina acontecem greves e manifestações na Venezuela, Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Perú, Uruguai e México. Dessas agitações tão pouco vão escapar os países do antigo mundo socialista, em destaque a “Primavera de Praga” na Tchecoslováquia.

“Os regimes políticos e os sistemas ideológicos existentes não puderam nem têm desejado desvendar a trama daquele ano “maldito”, talvez porque tenham sido seus alvos privilegiados”.

(...) Na verdade, as lutas sociais de 1968 rasgaram novas perspectivas, para além das ordens existentes. “Não foi à toa que então surgiram – ou reapareceram movimento e tendências que rompiam tendências ortodoxas dos partidos de esquerda ou de direita, tradições conservadoras e progressistas” (REIS FILHO, Daniel Aarão – Op. cit.; pág. 48/49. In: SALDANHA, 1994 p. 44).

A política educacional proposta pelo governo se chocava com as reivindicações estudantis. À universidade gratuita o governo antepunha à universidade paga. No lugar de ampliação de matrículas, um ensino ainda mais seletivo nas universidades públicas, a perspectiva do ensino pago a serviço das grandes empresas. No lugar de uma assistência estudantil, a revogação dos subsídios, o fechamento dos restaurantes. O crescimento deste impasse irá trazer para o 1º trimestre de 1968 fortes manifestações por mais vagas. Começadas pelo Rio de Janeiro, terão continuidade com os estudantes de Filosofia da USP, da Fundação Getúlio Vargas e da PUC de São Paulo e se espalharão em boa parte das capitais brasileiras. (REIS FILHO, 1988: 14 In: SALDANHA, 1994 p. 55).

Entre as lutas estudantis em Alagoas, terá destaque, durante o final da década de 60, o problema dos “excedentes” (estudantes aprovados no vestibular, mas que não tinham vaga), um problema que era de ordem nacional e que em Maceió, envolveu vários segmentos da população, desde o Governador do Estado até a Associação de Pais, em busca de uma solução (SALDANHA, 1994. P. 18). Outra marca do Movimento Estudantil Alagoano será a realização dos Festivais de Música. Promovidos pelo Diretório Central dos Estudantes da UFAL e pelo Teatro Universitário de Alagoas – T.U.A., os maceioenses assistiram durante os anos de 1968, 1970 e 1971 a três Festivais Universitários de Música Popular.

Os “excedentes” vão acampar na Faculdade de Medicina reivindicando sua absorção. Mas o acampamento não dura mais de três dias, pois segundo os próprios interessados “estavam ferindo disposições legais do AI-5 e criando um precedente em toda a nação uma vez que nenhum estado havia excedentes acampados. E não queremos dar a ideia a quem quer que seja que estamos de uma maneira ou de outra, contribuindo para a perturbação à ordem e sossego públicos, implantados no país” (Gazeta de Alagoas – 15/02/1969 – pág. 06. In: SALDANHA, 1994 p. 63).

No entanto o reconhecimento de que o limite da “crise dos excedentes” era o interesse imediato em se matricular independente de que forma fosse, parece que não existia por parte daqueles membros dos diretórios ligados às correntes da “esquerda revolucionária”. Através da luta dos excedentes procurava-se não só criticar a política educacional da Ditadura Militar,

mas colocar em xeque o próprio regime, que segundo estes estava cada vez mais isolado. (REIS FILHO, 1989: 55 In: SALDANHA, 1994 p. 64).

Aos chamados “excedentes” a Reitoria, respondia que o vestibular era classificatório e que, portanto os aprovados se restringiam ao número de vagas oferecidas. No entanto, a pressão destes excedentes chegará a Reitoria por outros meios. De início, os “excedentes” acampam na Faculdade de Medicina, formam a Associação dos Excedentes, criam a Comissão dos Pais dos Excedentes, mobilizam o Governador do Estado, Lamenha Filho, o Secretário de Educação, o Arcebispo de Maceió Dom Adelmo Machado e o Comandante do 20º Batalhão de Caçadores (SALDANHA, 1994).

Os “excedentes” alagoanos vão conseguir a matrícula, em função da amplitude que o movimento tomou e de determinadas “soluções caseiras” que fora possíveis à época [...] (Gazeta de Alagoas – 31/07/1969 – Pág. 1. In: SALDANHA, 1994 p. 64).

Após o movimento dos “excedentes” de medicina e o ano letivo já iniciado, os Diretórios Acadêmicos da UFAL vão participar das manifestações de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís ocorrido no “Restaurante Calabouço” na antiga Guanabara (SALDANHA, 1994).

Enquanto isso, o cenário nacional vai ficando cada vez mais conturbado diante do crescimento das lutas estudantis. Após as manifestações contra o assassinato de Edson Luís, o Movimento Estudantil retorna às ruas contra a cobrança das anuidades nas Escolas Públicas.

“Primeiro foi a morte de Edson Luís, que desencadeia uma onda de caráter, inclusive nacional. Depois, a manifestação do 1º de abril e a missa de sétimo dia, dia 4, na Candelária, brutalmente reprimida e que entrou para a história: milhares e milhares de pessoas não podendo entrar na igreja, a polícia militar com seus cavalos atacando as pessoas. Depois, a mobilização por mais verbas, dentro das universidades, percorre todo o 1º semestre. (...) Em seguida; a semana “sangrenta” que levaria às grandes passeatas de fins de junho e começo de julho (100 mil, 26 de junho; 50 mil, quatro de julho)”. (Depoimento de Vladimir Palmeira In Reis Filho, Daniel Aarão – “68 A paixão de uma utopia – Pág. 100/101”. In: SALDANHA, 1994 p. 70).

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o Sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão” (POERNER, 1979).

E com esse intuito, tratava-se, como num ritual da Inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais (POERNER, 1979).

Como já mencionado no capítulo anterior, os acordos MEC-USAID previa uma Reforma Universitária baseada nos moldes americanos, e esse fato causava extrema insatisfação nos estudantes justamente por proibir todo e qualquer tipo de manifestação que se posicionasse contra tais acordos.

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das Universidades Federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Nos últimos 35 anos, a pós-graduação tornou-se um instrumento fundamental da renovação do ensino superior no país.

Sua implantação impulsionou posteriormente um vigoroso programa de iniciação científica, que tem contribuído para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionado a formação de novas gerações de pesquisadores (VELLOSO, 2000; MARTINS, 2003, 2002; BARROS, 1998). Se a Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o antigo padrão brasileiro de escola superior, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizantes e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (FERNANDES, 1975).

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais (ALTBACH, 2005; MARGINSON, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passadas cinco décadas do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, o qual incitou no país os ideais conservadores com os quais uma parte da sociedade civil manteve estreitas relações, cujos reflexos recaíram sobre as reformas de base com o intuito de desarticular os movimentos sociais, estudantis, os sindicatos e qualquer movimento que representasse uma ameaça aos governos militares, o campo político e econômico direcionou-se de modo crescente para centralização e institucionalização do poder.

Neste contexto a educação foi utilizada como uma ferramenta para consolidar o capital e manter as mentes disciplinadas. O Brasil de hoje é muito diferente do de 50 anos atrás. Entretanto, apesar dos anos, os problemas ainda são muitos semelhantes. A necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento sustentado com distribuição de renda é defendida por muitos setores da sociedade. Ademais, a manifestação pela defesa de reformas estruturais voltadas a enfrentar problemas históricos continua na ordem do dia.

Embora os problemas continuem semelhantes, como por exemplo, enorme desigualdade social e regional, dívida pública elevada, sistema de saúde insuficiente e déficit educacional e tecnológico, a economia brasileira encontra-se muito mais internacionalizada e inserida num mundo muito diferente do da época da Guerra Fria. Hoje há predominância da globalização comercial, produtiva e financeira, reduzindo os graus de liberdade dos espaços nacionais. Todavia, para parte da sociedade, as reformas estruturais continuam sendo necessárias. Essas reformas permanecem sendo semelhantes as do governo João Goulart, ou seja, a política, da educação, incluindo a universitária, a tributária progressiva, a agrária e a urbana, a do sistema financeiro, controle de capitais e fortalecimento do Estado. Havia uma interdependência entre as várias reformas de base, embora elas pudessem ser realizadas por etapas.

A Ditadura Militar que se instituiu após o golpe, embora ampliasse a participação do Estado, foi marcado por forte elevação do capital estrangeiro e pela diminuição da participação popular e dos órgãos de representação. Por outro lado, acusava-se o presidente Jango de fraco e até mesmo covarde por não resistir ao golpe de estado. Entretanto, conforme palavras do próprio Goulart no exílio: "Se eu soubesse que iam fazer essas violências todas contra o povo brasileiro eu teria resistido de qualquer maneira". Conjectura-se que o presidente pode ter imaginado que seria como a queda do seu mestre político Getúlio Vargas, ou seja, um retiro para uma fazenda, uma espécie de exílio dentro do território nacional, para depois voltar à democracia, prometida para 1966 pelos próprios militares golpistas.

As medidas implementadas por Goulart sempre visaram à reforma do capitalismo e não sua extinção. Propunha um crescimento econômico com distribuição de renda, mas para isso entendia que as estruturas econômicas e sociais deveriam ser reformadas para viabilizá-lo, pois caso contrário, a desigualdade se aprofundariam. Resume (LOPEZ, 1990) em um esforço de síntese, que Goulart queria incluir os excluídos e não excluir os que já estavam incluídos.

O “novo” ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, sobretudo as federais, modernizadas pela Reforma Universitária de 1968, não conseguiram atender à crescente demanda de acesso. Sua expansão foi possível devido à retração do ensino público na absorção da demanda. As complexas alianças políticas que os proprietários das empresas educacionais estabeleceram com determinados atores dos poderes executivo e legislativo, nas últimas quatro décadas, possibilitaram essa multiplicação. Por sua vez, o espesso cipoal de leis, decretos, resoluções de conselhos e portarias ministeriais que se instalaram no país lhes permitiu descumprir determinações legais que regulamentam o funcionamento das instituições e/ou reverter decisões desfavoráveis aos seus interesses junto ao poder judiciário.

Nesses últimos quarenta anos, o ensino superior brasileiro se estruturou como um campo acadêmico complexo, heterogêneo, no qual as instituições passaram a ocupar posições dominantes e/ou dominadas em função dos critérios específicos que definem o prestígio e o reconhecimento dos estabelecimentos. Não seria de todo incorreto levantar a suposição de que houve, nas últimas décadas, um processo de hierarquização acadêmica no interior do campo do ensino superior brasileiro.

Dessa forma, algumas universidades públicas (federais e estaduais) e determinadas universidades privadas (geralmente as confessionais) se organizaram gradualmente, de modo a se aproximarem de um modelo acadêmico neo-humboldtiano. Essas instituições criaram estruturas acadêmicas que propiciaram a produção científica institucionalizada, desenvolveram cursos de pós-graduação *stricto sensu*, promoveram a profissionalização da carreira acadêmica, adotaram o regime de tempo integral para seus docentes, preservaram a liberdade acadêmica, associaram as atividades de ensino e pesquisa, implantaram programas de iniciação científica em parceria com agências de fomento nacionais. Em 2006, as universidades públicas federais e estaduais concentravam 70% dos docentes de tempo integral e 64% dos doutores no país (SCOTT, 2006; SGUISSARDI, 2005; CASPER&HUMBOLT, 1997; CHARLE& VERGER, 1994).

Por sua vez, as instituições privadas de perfil empresarial estruturaram atividades que guardam certas afinidades acadêmicas com o modelo neonapoleônico. De modo geral, essas instituições basicamente estão voltadas para uma estrita formação profissional e empregam professores horistas com pequeno volume de titulação acadêmica, que se dedicam em sua maior parte às atividades de ensino. Predomina em seu interior uma ausência de estruturas consolidadas de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu*. As instituições particulares com fins lucrativos concentram apenas 14% dos docentes de tempo integral e 16% dos doutores do país.

Existem diferenças qualitativas entre as instituições públicas e privadas, mas é também possível constatar assimetrias no interior de cada um desses segmentos.

A forma pela qual se deu a expansão do ensino superior no período em foco torna evidente que a simples ampliação de vagas no setor privado não ofereceu nenhuma garantia para sua democratização. O acesso ao ensino superior brasileiro continua restrito a aproximadamente 12% dos estudantes na faixa etária de 18-24 anos, o que contrasta com países mais avançados que têm absorvido aproximadamente 60% de jovens dessa faixa de idade (BARREYRO, 2008; MCCOWAN, 2007; NEVES, 2005).

A retomada do projeto de reforma universitária poderia oferecer uma oportunidade à construção de um novo pacto acadêmico entre os diferentes atores e segmentos institucionais envolvidos nesse campo. Uma questão central a ser enfrentada diz respeito à restauração do princípio que atribui à educação superior a qualidade de um bem público, um direito inalienável do cidadão. O funcionamento do ensino privado de perfil empresarial, regido pelo livre jogo do mercado, transformou um direito da cidadania moderna num privilégio individual, convertendo sua clientela em consumidores de produtos educacionais, impondo pesados custos financeiros e humanos a uma parte expressiva dos seus estudantes. Uma educação superior comprometida com o interesse público implica que o Estado, de forma democrática, torne ator central na regulação e supervisão do sistema. A democratização do acesso ao ensino superior passa necessariamente pela recuperação da centralidade das universidades públicas, onde as instituições federais devem ser revigoradas, dotadas de efetiva autonomia administrativo-financeira e decididamente apoiadas pelo poder central, de modo a resgatar sua capacidade de funcionamento e expansão. Torna-se também de fundamental importância reverter a lógica de funcionamento do ensino privado – movido pelo anseio frenético de acumulação de ganhos materiais –, de forma que assuma uma efetiva dimensão de bem público. Em função das sólidas alianças sociais e políticas que as empresas educacionais construíram no país e de sua ávida lógica mercantil, a questão que se coloca é:

Será isso ainda possível? Obter o apoio do poder central implica em uma democracia que promova uma educação para todos e possibilite o acesso irrestrito e igualitário ao ensino superior, sem as amarras e assimetrias ainda passíveis de questionamentos.

## REFERÊNCIAS

- ATCON, R. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
- BARREYRO, G.B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2008.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. In: **Pedagogia em Foco**. In David Adriana Ellen et al **Aspectos da Evolução da Educação Brasileira**. P. 13 Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2013.
- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. CAMARGO, Carla Roseane Sales. **A Educação na Ditadura Militar e as Estratégias Reformistas em favor do capital**. EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação PUCPR – p. 03 a 06. 26 a 29/10/2015.
- CAMARGO, Cláudio. **50 Anos depois das Trevas: O golpe de 1964 e suas consequências para a democracia brasileira**. Revista: *Ético Atualiza* Ano 10 #21 ISSN 2175-229X-Ed. Saraiva – Av. Presidente Castelo Branco, 600 Ribeirão Preto. SP, p. 16-17, fevereiro 2014.
- CHARLE, C.; VERGER, J. *Histoiredesuniversités*. Paris: PUF, 1994.
- CARNOY, M. **Educação economia e Estado: base e superestrutura e relações de mediação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984. P. 16-17
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASPER, G.; HUMBOLT, W. *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- CODATO, Adriano Nervo. **O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**. História: Questões & Debates. Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004.
- COSTA, Rodrigo José Da. **O golpe civil-militar em Alagoas: O governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. (Dissertação de mestrado). Recife: UFPE 2013.
- CUNHA, L.A. **A expansão do ensino superior: causas e consequências**. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 27-58, 1975.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988, p. 32. In SILVA, Gustavo Bianch. **A Educação Superior no Regime Militar: Rupturas ou Continuidades?** Cadernos de História – p. 459 - ISSN: 2237 – 8871 – v. 17, n. 27 – publicação semestral. 2016.
- CUNHA, L.A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, L.A. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994, p. 08.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia* In: O Brasil Republicano. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, p. 51-55. 1975.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada,** São Paulo, Companhia das Letras, 2002a, p. 46-69

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil.** XV Encontro Regional de História, Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa. ANAIS DO XV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO – ISBN 978-85-65957-00-7. FFP/UERJ, 2012. P. 01 Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=xv+encontro+regional+de+hist%C3%B3ria+da+anpuh+rio&oq=Anais+do+XV+encontro+regional+de+hist%C3%B3ria&aqs=chrome.1.69i57j0l2.20604j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8/>> Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

LOPEZ, Luís Roberto. **João Goulart.** O Rio Grande Político. IEL, 1990.

MCCOWAN, T. **Expansion without equity: an analysis of current policy on Access to higher education in Brazil.** Higher Education, Amsterdam, v. 53, n. 5, p. 579-598, 2007.

MARCÔNI, 1980, p. 172. *Apud* GAZZOTTI, Juliana. O JORNAL DA TARDE E O PÓS – AI 5: O discurso da Imprensa desmistificado, p. 68. In MARTINS FILHO, João Roberto. (Org). **O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos/SP. Edufscar, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil.** EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 106 V. 30 (Jan./Abr. 2009). P. 18. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/84>> Acesso em: 01/10/2018.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo editorial, 2010. P. 41

MIRANDA, Olga. **Oh, pedaço de mim.../** Olga Miranda – p. 161. Maceió: Q-Gráfica, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Anticomunismo militar.** In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org). O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos/SP. Edufscar, 2006. P. 10.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Anticomunismo militar.** In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org). O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas. São Carlos/SP. EDUFSCAR, 2006. P.11.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura nas Universidades: Repressão, Modernização e Acomodação\*** Universidades na Ditadura/Artigos. (\*) Este artigo é baseado em Motta, R. P. S. As universidades e o regime militar. P. 24. Rio de Janeiro: Zahar, 2014).

MOREIRA, Cássio Silva. O projeto de Nação do governo João Goulart: **O Plano Trienal e as reformas de Base (1961-1964)** / Cássio Silva Moreira. – Porto Alegre, 2011. 404 p.: il. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**/ Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014. P. 12-62.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)** / José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2014. P. 26

NEVES, C.B. **Educação Superior para todos?** Acesso, expansão e equidade: novos desafios para a política educacional. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 157. 2005.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** P. 172. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. P. 172-274.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**/ Daniel Aarão 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. Ed. 2005. (Descobrimo o Brasil).

REIS FILHO, Daniel Aarão – “1968, A Paixão de uma Utopia, Rio de Janeiro”. Espaço e Tempo, 1988. Pág. 37/38. In SALDANHA, 1994 p. 43.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**, 3ª Ed. Rio de Janeiro, p. 05-43. Jorge Zahar, 2005. : Il: - (Descobrimo o Brasil).

RELATÓRIO da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969. P. 56.

RELATÓRIO da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

SCOTT, J. **The mission of the university: medieval to posmodern transformations.** *Journal of Higher Education*, Ohio, v. 77, n. 1, 2006.

SGUISSARDI, V. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado-mercantil.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p.191-222, out. 2005.

SALDANHA, Alberto. **A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre Movimento Estudantil Alagoano.** SERGASA. Maceió. 1994. P. 18-70.

SAVIANI, D. **O legado educacional do regime militar.** *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2009. P. 11

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64.** São Paulo: Editora Cortez, 1986. P. 48

SANTOS, F. R; NETO, L. B. **Estado educação e tecnocracia na ditadura civil militar brasileira.** *Revista HISTEDBR*, online, Campinas, n.40, p. 113-125, dez. 2010.

SOUZA, O. M; DOMINGUES, A. **Emancipação política e humana em Marx**: alguns apontamentos. **Revista eletrônica arma crítica**, Fortaleza, n.4, p. 31-55, dez. 2012.

VELLOSO, J. **O PIBIC e a formação de cientistas**. Brasília, DF: NESUP, 2000.